SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS | CNPJ – 01.630.921/0001-09
SEDE CENTRAL – RUA CEL. BRASILINO MOURA, 474 SALA 29 BAIRRO AHÚ – CURITIBA PR
I - BALANÇO PATRIMONIAL | EM 31/12/2020 E 31/12/2020

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		24.364.875,40	15.930.125,27
Caixa e Equivalente Caixa		12.621.073,31	13.708.445,82
Caixa e Bancos	4a	2.205.485,46	1.395.696,65
Bancos C/Aplicações	4b	10.415.587,85	12.312.749,17
Créditos a Receber		10.860.335,36	1.761.789,76
Convênios	4c	1.377.189,12	1.432.924,04
Pacientes Particulares	4c	202.867,79	375.627,71
Subvenções a Receber	4q – 5	9.288.517,33	0,00
Outros Créditos	34a	100.010,70	86.569,88
Despesas Antecipadas	6	3.353,80	1.730,18
(-)Perdas Est.c/Créd. Liq.Duvidosa	4d	(111.603,38)	(135.062,05)
Estoques	4e	883.466,73	459.889,69
NÃO CIRCULANTE		4.656.152,53	3.443.825,95
Realizável a Longo Prazo		10.724,24	895,73
Créditos e Valores	7	10.724,24	895,73
Investimento		6.468,94	4.038,23
Investimentos Permanentes	4f – 8	6.468,94	4.038,23
Imobilizado		4.613.189,29	3.396.158,97
Bens em Operação	4f – 8	10.107.379,01	8.263.417,66
(-)Deprec. Acumulada	4f – 8	(5.494.189,72)	(4.867.258,69)
Intangível		25.770,06	42.733,02
Direitos de Uso de Software	4f – 8	101.172,94	101.172,94
(-)Amortização Acum.	4f – 8	(75.402,88)	(58.439,92)
TOTAL DO ATIVO		**29.021.027,93**	**19.373.951,22**

PASSIVO

	Nota Explicativa	31/12/2020	30/09/2019
CIRCULANTE		13.658.653,36	3.198.182,30
Fornecedores	9	2.018.002,57	670.187,91
Remunerações e Benefícios	9	628.210,43	502.512,57
Encargos Férias a Pagar	9	1.085.466,74	996.777,41
Obrig.Sociais e Previdenc.	9	178.281,78	351.577,03
Obrigações tributária	9	160.863,59	158.725,51
Outras Obrigações	9 – 34b	9.678,92	3.743,67
Subvenções Custeio a Realizar	11	9.288.517,33	0,00
Doações e Subv. Patrimoniais	12	289.632,00	514.658,20
NÃO CIRCULANTE		2.823.682,36	1.543.596,55
Outras Obrigações	10-17-34c	201.838,56	12.000,00
Doações e Subv. Patrimoniais	12	2.621.843,80	1.531.596,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	12.538.692,21	14.632.172,37
Patrimônio Social	13b	14.632.172,37	14.417.157,70
Superávit/Déficit do Exercício	13a-20	(2.093.480,16)	215.014,67
TOTAL DO PASSIVO		**29.021.027,93**	**19.373.951,22**

II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT.

	Nota Explicativa	31/12/2020	30/09/2019
Receita Operac. Bruta		**37.838.099,95**	**6.245.952,29**
Receita Prest.Serv.		**16.948.528,63**	**2.984.158,54**
Receita Prest.Serv.Saúde c/SUS	18	10.107.479,99	1.804.243,34
Rec. Prest.Serv.Saúde c/não SUS	18	6.841.048,64	1.179.915,20
Receita de Doações	18-23	476.819,70	26.219,89
Subvenções p/Custeio	16a-18	18.224.561,07	3.228.464,16
Subvenções Patrimoniais	16b-18	351.731,90	7.109,70
Receitas com Incentivos Fiscais	18	1.836.458,65	0,0
INSS Imune Quota Patronal	27	1.342.814,25	0,00
COFINS Imune	27	493.644,40	0,00
Deduções		**(493.715,09)**	**(54.035,57)**
Receita Líquida		**37.344.384,86**	**6.191.916,72**
Custo dos Serv.Prestados		**(19.157.390,78)**	**(2.793.627,56)**
Custo dos Serv.c/Subv.		**(18.576.292,97)**	**(3.235.573,86)**
Superávit/Déficit Bruto		**(389.298,89)**	**162.715,30**
Despesas Operacionais		**(2.153.989,92)**	**(66.139,69)**
Despesas Tributárias		(49.993,33)	(13.765,61)
Despesas c/Incentivos Fiscais		(1.836.458,65)	0,00
INSS Quota Patronal	27	(1.342.814,25)	0,00
COFINS	27	(493.644,40)	0,00
Outras Desp. Operac.	34d	(267.537,94)	(52.374,08)
Outras Receitas Operacionais		118.184,47	42.534,41
Outras receitas	18-34e	**118.184,47**	**42.534,41**
Resultado Antes das Desp. e Rec.Financeiras		**(2.425.104,34)**	**139.110,02**
Resultado Financ. Líquido		**331.624,18**	**75.904,65**
Despesas Financeiras		(54.577,63)	(6.080,01)
Receitas Financeiras		386.201,81	81.984,66
Superávit/Déficit do Exercício - Saúde		**(2.093.480,16)**	**215.014,67**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020 E 31/12/2019 EXPRESSO R$

	31/12/2020	31/12/2019
Superávit/Déficit do Período	**(2.093.480,16)**	**215.014,67**
Outras Variações	0,00	0,00
Superávit/Déficit do Período Abrangente	**(2.093.480,16)**	**215.014,67**

III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit Exerc.	Patrimônio Social
Saldo em 30/09/2019	1.398,97	0,00	1.398,97
Incorporação Parcial SMDP/SPEM	14.415.758,73		14.415.758,73
Superávit do Exerc.		215.014,67	215.014,67
Saldo em 31/12/2019	14.417.157,70	215.014,67	14.632.172,37
Saldo em 31/12/2019	14.417.157,70	215.014,67	14.632.172,37
Dest.Superávit	215.014,67	(215.014,67)	0,00
Déficit do Exerc.		(2.093.480,16)	(2.093.480,16)
Saldo em 31/12/2020	14.632.172,37	(2.093.480,16)	12.538.692,21
Saldo após a Cisão 30/09/2019	1.398,97	0,00	1.398,97
Incorporação Parcial SMDP/SPEM	14.415.758,73	215.014,67	14.415.758,73
Superávit do Exerc.			215.014,67
Saldo em 31/12/2019	14.417.157,70	215.014,67	14.632.172,37

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.

MÉTODO INDIRETO	31/12/2019	30/09/2019
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/Défict Líquido do Exercício	(2.093.480,16)	215.014,67
Ajustes a Sobra Líquida	643.893,99	91.412,13
(+) Depreciação/amortização	643.893,99	91.412,13
Variações das Contas do Ativo e Passivo Operacional	2.208.605,72	2.519.203,67
(-/+) Aumento/Redução de contas a receber (Ativo)	(9.096.921,98)	(1.760.059,58)
(-/+) Aumento/Redução de estoques	(423.577,04)	(459.889,69)
(-/+) Aumento/Redução de despesas exercício seguinte	(1.623,62)	(1.730,18)
(-/+) Aumento/Redução do realizável a longo prazo	(9.828,51)	(895,73)
(+/-) Aumento/Redução de fornecedores	1.347.814,66	670.187,91
(+/-) Aumento/Diminuição de outras obrigações PNC	1.280.085,81	1.543.596,55
(+/-) Aumento/Redução das contas a pagar – PC	9.112.656,40	2.527.994,39
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operac.	759.019,55	2.825.630,47
2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(+) Baixa de Investimentos	836,68	0,00
(-) Incorporação parcial Imobilizado SMDP/SPEM	0,00	(3.510.427,73)
(-) Compra de ativo imobilizado	(1.847.228,74)	(23.914,62)
Caixa Líquido Usado nas Ativid. Invest.	(1.846.392,06)	(3.534.342,35)
3 - Fluxo de Caixa das Ativ.de Financ.		
(+) Incoporação Patrimônio Líquido – SMDP (HMSF)	0,00	14.415.758,73
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiam.	0,00	14.415.758,73
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	(1.087.372,51)	13.707.046,85
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa ou Equivalente no início do período	13.708.445,82	1.398,97
Caixa ou Equivalente no fim do período	12.621.073,31	13.708.445,82
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(1.087.372,51)	13.707.046,85

V - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

CONTAS	31/12/2020		31/12/2019	
1. RECEITAS	35.770.927,12		6.329.836,93	
1.1. Receitas de prestação de serviços	16.948.528,63		2.984.158,54	
1.2. Receitas de doações	470.792,23		26.219,89	
1.3. Subvenções para custeio	18.224.561,07		3.228.464,16	
1.4. Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	74.222,02		51.835,93	
1.5. Outras receitas	52.823,17		39.158,41	
2. INSUMOS ADQUIRIDOS	(25.636.014,46)		(3.915.458,18)	
2.1. Custo dos serviços prestados	(25.368.476,52)		(3.863.084,10)	
2.2.Outras despesas operacionais			(52.374,08)	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	10.134.912,66		2.414.378,75	
4. RETENÇÕES	(643.893,99)		(91.412,13)	
4.1. Depreciação/Amortização	(643.893,99)		(91.412,13)	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PELA ENTIDADE	9.491.018,67		2.322.966,62	
6. VALOR ADICIONADO RECEB.EM TRANSFERÊNCIA	809.322,48		92.470,36	
6.1. Receita financeira	386.201,81		81.984,66	
6.2. Doações patrimoniais	6.027,47		0,00	
6.3. Subvenções patrimoniais	351.731,90		7.109,70	
6.4. Alugueis	65.361,30		3.376,00	
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.300.341,15		2.415.436,98	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10.300.341,15	100,00%	2.415.436,98	100,00%
8.1. Empregados	12.343.827,98	119,839%	2.186.656,70	90,528%
Salários e Encargos Sociais	12.343.827,98	119.839%	2.186.656,70	90,528%
8.2. Tributos	49.993,33	0,485%	13.765,61	0,570%
Federais	6.948,98	0,067%	9.442,44	0,391%
Estaduais	17.333,20	0,168%	921,50	0,038%
Municipais	25.711,15	0,250%	3.401,67	0,141%
8.3. Financiadores	0,00	-	0,00	-
Juros	0,00	-	0,00	-
9. Superávit/Déficit retido no exercício	(2.093.480,16)	-20,324%	215.014,67	8,902%

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS EM 31/12/2020

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS, fundada em 08 de dezembro de 1996, sob o nome de SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS, é uma ASSOCIAÇÃO CIVIL, consoante com o prescrito na Lei nº 10.406/2002, artigo 53, de direito privado, de caráter religioso, com atividade preponderante na área da saúde, de fins não econômicos e não lucrativos, beneficente, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 01.630.921/0001-09 e certificados como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com concessão aprovada até 29/07/2023 pela Portaria nº 687 de 29 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial da União no dia 04 de agosto de 2020, página 59.

A Associação tem por finalidade as atividades na área da saúde, religiosa, educacional e de assistência social, sendo que a área da saúde é a atividade preponderante, a fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá: I – criar, construir, manter e/ou administrar, estabelecimentos de saúde em todo o território nacional; II – firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades institucionais; III – promover a pesquisa científica e tecnológica na área da saúde; IV – atualizar-se em termos de saúde, de recursos humanos, equipamentos e instalações de forma a propiciar um atendimento de excelência às pessoas que a procurarem; V – destinar parte de sua receita para investimentos, procurando adequar sua capacidade e operações às necessidades da comunidade, facilitando a aquisição de produtos e equipamentos que agilizem e aperfeiçoem o restabelecimento da saúde; VI – facilitar a instalação de novos serviços, organizar e manter rede de farmácias, interna e externa, lanchonete, cafeterias, lojas de conveniências e outros estabelecimentos que forneçam produtos e/ou serviços vinculados às necessidades dos usuários de seus serviços, por si ou por terceiros a tornar-se uma unidade de saúde completa e integrada; VII – promover, ensejar ou auxiliar o ensino, a pesquisa e a assistência dos assuntos vinculados direta ou indiretamente aos problemas de saúde, propiciando ou favorecendo a formação de profissionais e especialistas nos diversos níveis; VIII – manter a comunidade informada das atividades que desenvolve, divulgando nos meios de comunicação o atendimento que é dispensado aos usuários, a instalação de novos serviços, bem como facilitar o acesso da população às informações sobre as finalidades, objetivos e atividades da Associação; IX – colaborar com os poderes públicos, autoridades e instituições de saúde, no apoio às campanhas de saúde pública, procurando transformar a Associação em um agente de desenvolvimento de eventos de interesse geral, conforme seu Estatuto Social primitivo registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em 15 de janeiro de 1997, microfilmado sob número 163.383, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, da comarca de Recife, Estado de Pernambuco e alteração com consolidação e transferência para o Foro Jurídico de Curitiba PR, registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba PR, em 14 de abril de 2011, registrado no livro "A" número 6 sob número 10.791.

Na data de 31 de outubro de 2019 pelo processo de cisão parcial da Sociedade Mãe da Divina Providência - HNSP da unidade operativa (filial) Hospital e Maternidade Sagrada Família, sendo que nesta data a unidade cindida foi assumida pela Sociedade Padre Eduardo Michelis – Hospital e Maternidade Sagrada Família, inscrita CNPJ.01.630.921/0002-81.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 que alteraram os artigos da Lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 – R2 – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão anexadas a "ECD – Escrituração Contábil Digital" e posteriormente enviadas ao sistema SPED. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03 – R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos à insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço.

c) Ativo Circulante – Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal faturado destes créditos.

d) Provisão para Perdas (PCLD)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R$ 111.603,38 (cento e onze mil, seiscentos e três reais e trinta e oito centavos), foi constituída tendo como parâmetro as seguintes premissas:

Conta / Diretriz contábil.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2020
HMSF – 100% dos créd. Venc. acima 180 dias.	130.773,17	74.222,02	(87.568,32)	(8.684,37)	108.742,50
HMSF – 100% dos cheques devolv.	4.288,88	0,00	(1.428,00)	0,00	2.860,88
Total	**135.062,05**	**74.222,02**	**(88.996,32)**	**(8.684,37)**	**111.603,38**

Durante o exercício de 2020 foram baixados créditos cencidos até 31/12/2018:

Convênio	HMSF
Pacientes Diversos	87.568,32
Cheques a Receber	1.428,00
TOTAL	**88.996,32**

Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos contabilizados.

A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, afim de atender a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 - R1) e o Parecer de Orientação da CVM 21/90, item 7).

Para a apuração do valor da provisão no período de 2020, foi efetuado o levantamento dos devedores, através de relatórios dos valores registrados na contabilidade e mantidos conciliados de acordo com as práticas contábeis. Foram avaliados com a administração do hospital, todos os valores que serviriam de base para o cálculo da PCDL e, da mesma forma, os critérios adotados para este exercício. Seguem os critérios adotados:

• Apurou-se os créditos a receber vencidos a mais de 02 (dois) anos, em razão disso, foram avaliados todos os créditos registrados e ainda a receber no final do exercício e os créditos considerados de difícil recuperação, foram baixados pelos valores contabilmente registrados, constituindo-se assim a PCLD.

a) Estoques Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16 – R2)

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia e gêneros alimentícios até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R$ 883.466,73 (oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos). A Entidade efetuou o teste da provisão para desvalorização dos estoques e não detectou perspectivas de perda.

b) Imobilizados

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos os valores das depreciações calculadas pelo método linear utilizando-se as taxas máximas permitidas pela legislação fiscal vigente mencionadas na Nota 08. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

c) Obras em Andamento

As construções em andamento estão constituídas apenas pelo valor do custo do projeto.

d) Passivo Circulante e Não Circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f) Prazos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante.

g) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, obedecendo-se o Princípio de Competência.

h) Provisão de Férias e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) Provisão de 13º Salários e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

j) Princípio de Escrituração

Adotado o Princípio de Competência para reconhecimento das receitas, custos e despesas, respeitando todos os princípios contábeis.

k) Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o Princípio de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

l) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requer que a administração da entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas, como o valor residual do Ativo Imobilizado, a provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, poderão resultar em valores diferentes na liquidação de suas transações, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

m) Subvenções Públicas a Receber com Restrição

Os valores registrados nesta rubrica referem-se a convênios/instrumentos firmados em 2019 e 2020 com os Governos federal, estadual e municipal para subvenções para custeio e/ou investimento da Entidade.

n) Julgamento da Administração Quanto a Continuidade dos Negócios

Os administradores julgam que a entidade tem capacidade na continuidade operacional e que continuarão com os negócios enquanto julgarem viável.

NOTA 05 – SUBVENÇÕES PÚBLICAS A RECEBER COM RESTRIÇÃO

A partir de 2020, Entidade apresenta registros de todos os contratos, convênios, termos de fomento e/ou colaboração firmados com órgãos públicos, com o objetivo de atender a resolução CFC 1.305/2010. Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 referem-se a convênios com o Governo Federal - custeio, no valor de R$ 2.155.435,48, relativo a Incentivos do IAC Federal, INTEGRASUS, Termo Pactuação RUE, Termo de Captação de Orgãos; Governo Municipal – Custeio, no valor de R$ 7.133.081,85 relativo a custeio da folha de pagamento, materiais de consumo, com plantões médicos e serviços de UTI. O montante final de Subvenções Públicas a Receber em 2020 totalizada R$ 9.288.517,33.

NOTA 06 - DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo é composto pelos seguros a apropriar relativas ao período de 2020, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal.

NOTA 07 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar relativos a depósitos judiciais, cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 08 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (INVESTIMENTO, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos investimento, Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação com a finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07, Deliberação CVM No. 583/2009, Deliberação CVM Nº. 644/2010, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27 – R4 e Resolução do CFC Nº. 1.330/10 (ITG 2000 – R1).

É demonstrado no quadro abaixo, a movimentação do ativo investimento, imobilizado e intangível ocorrida no ano de 2020, com referência as adições, baixas, depreciações, amortizações e os ajustes. Os bens pertencentes ao ativo investimento referente as Cotas em Cooperativa de Crédito durante o ano de 2020 foram baixados do sistema patrimonial e na contabilidade. Estes valores foram lançados na conta outros créditos para serem recebido em 2021 após a assembleia da Cooperativa de Crédito.

CONTAS	Taxa Deprec Amort.%	Vr Residual 31/12/2019	Aquis. Período	Depreciação Período	Baixa	Vlr Residual 31/12/2019
Edifícios e Construções	4	309.521,21	0,00	(35.753,88)	0,00	273.767,33
Equipam. Proc. Elet. Dados	20	58.723,44	98.619,00	(31.071,65)	0,00	126.270,79
Máquinas Apar. Equip	10	2.575.953,69	1.268.240,08	(468.601,47)	0,00	3.375.592,30
Móveis e Utensílios	10	267.761,16	406.020,06	(74.523,76)	0,00	599.257,46
Software	20	42.733,02	0,00	(16.962,96)	0,00	25.770,06
Veículos	20	33.054,15	24.199,00	(16.980,27)	0,00	40.272,88
Cotas Civia	0	4.038,23	3.267,39	0,00	(836,68)	6.468,94
Construção em Andamento	0	151.145,32	46.883,21	0,00	0,00	198.028,53
Total		**3.442.930,22**	**1.847.228,74**	**(643.893,99)**	**(836,68)**	**4.645.428,29**

09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias, outras obrigações, obrigações financeiras, subvenções públicas a realizar, provisões de contingências e receitas diferidas, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo apresentado em 31/12/2020 a longo prazo totaliza o montante de R$ 201.838,56 e refere-se a contingência trabalhista.

NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE – SUBVENÇÕES CUSTEIO A REALIZAR

A partir de 2020, Entidade apresenta registros de todos os contratos, convênios, termos de fomento e/ou colaboração firmados com órgãos públicos, com o objetivo de atender a resolução CFC 1.305/2010. O saldo apresentado em 2020 neste grupo contábil a curto prazo é de R$ 9.288.517,33 refere-se a convênios com o Governo Federal através do Ministério da Saúde, Secretária de Estado da Saúde e Secretária Municipal de Saúde para custeio da folha de pagamento, materiais de consumo, com plantões médicos e serviços de UTI. A entidade, no ano de 2020, não possuí saldo de subvenções custeio a realizar a Longo Prazo.

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE – DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS

O saldo apresentado em 2020 neste grupo contábil a curto prazo é de R$ 289.632,00 e a longo prazo é de R$ 2.621.843,80 refere-se a convênios com o Governo Federal através do Ministério da Saúde, Secretária de Estado da Saúde e doações de Entidades Privadas, cuja realização da receita se dará durante a vida útil dos Bens Subvencionados e Doados.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do período ocorrido. O patrimônio líquido da Entidade teve um saldo inicial de R$ 14.632.172,37 e passou a R$ 12.538.692,21 tendo ocorrido, no exercício, às seguintes modificações:

a) Superávit/Déficit do Exercício: Com saldo inicial de R$ 215.01467, passou para (R$ 2.093.480,16) pela transferência do superávit do exercício de 2019 ao patrimônio social, no valor de R$ 215.014,67 e pelo registro do déficit do exercício de 2019 no valor de (R$ 2.093.480,16).

b) Patrimônio Social: Com saldo inicial de R$ 14.417.157,70 passou para R$ 14.632.172,37 através da incorporação do saldo da conta Superávit do Período de 2019 no valor de R$ 215.014.67.

NOTA 14 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM Nº. 639/10, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01- R4). Quando tais evidências são identificadas, o que não foi o caso em 2020, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade e, assim, desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos do último exercício social (2019), mais o exercício em curso (2020).